PERES, Américo Nunes. (2003). Educação Intercultural: Utopia ou Realidade? Porto: Profe-dições, Lida. / Jornal a Página.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo "Estado da Arte". Diálogos Educacionais, v. 6, n. 6, p. 37–50, 2006.

ROSA, Nereide Schilaro Santa. Educação Musical para Pré-Escola. Rio de Janeiro: Liba-dor, 1990.

SNYDERS, Georges. A escola pode ensinar as alegras da música? 3º ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Jussara (Org.). Música, cotidiano e educação. Porto. Alegre: Programa de Pós-Graduação em Música da UFGR,2000.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: ARTE-EDUCAÇÃO, ARTE-TERAPIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES

PAULA APARECIDA ROSSI

RESUMO:

Atualmente, a Educação Inclusiva têm estado cada vez mais presente nas discussões de âmbito político e educacional. Diferentemente de outros países, o Brasil veio a tratar do assunto recentemente, nas últimas décadas, tornando-se forte preocupação da Gestão Pública a partir da década de 1970, com a criação de instituições públicas e privadas, além de órgãos normativos e legislação, sejam elas federais, estaduais e/ou municipais. Dentre as inúmeras estratégias podemos elencar o trabalho com a Arte, pois, a disciplina possibilita desenvolver linguagem e expressão diferenciadas, como por exemplo, corporais, cognitivas, entre outras. Assim, um olhar cuidadoso contribui para que esses estudantes comecem a se relacionar melhor com o mundo a sua volta. Nesse sentido, a presente pesquisa teve por objetivo realizar revisão da literatura a fim de investigar: as contribuições da Arte no desenvolvimento dos estudantes com deficiências. Os resultados encontrados indicaram que a Arte pode contribuir para o desenvolvimento desse estudante como alternativa para a inclusão e a melhora da autonomia.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Atendimento Educacional Especializado; Arte.

ABSTRACT:

Currently, Inclusive Education has been increasingly present in political and educational discussions. Unlike other countries, Brazil came to deal with the subject recently, in the last decades, becoming a strong concern of Public Management from the 1970s, with the creation of public and private institutions, in addition to regulatory bodies and legislation, whether federal, state and/or municipal. Among the numerous strategies we can list the work with Art, because the discipline makes it possible to develop differentiated language and expression, such as body, cognitive, among others. Thus, a careful look helps these students begin to relate better to the world around them. In this sense, the present research aimed to carry out a literature review in order

to investigate: the contributions of Art in the development of students with disabilities. The results found indicated that Art can contribute to the development of this student as an alternative for inclusion and improvement of autonomy.

Keywords: Inclusive Education; Specialized Educational Service; Art.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva é uma área voltada para respeitar as diferenças e fazer a inclusão dos estudantes que até então eram excluídos tanto do ambiente escolar quanto da sociedade.

Em outros países, ela já havia sido implementada e garantida por legislação muito antes do Brasil. Aqui, o olhar diferenciado para essa questão veio surgir apenas a partir da década de 1970, mesmo com a existência de alguns órgãos e instituições voltados para o atendimento especializado de pessoas com deficiências como no caso da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

Especificamente na educação, Neto et al. (2018) discute que a escola tradicional foi concebida para atender um determinado perfil, porém, com o passar do tempo e as mudanças sofridas pela sociedade esse modelo passou a não atender mais as necessidades da população. Isso exigiu uma reformulação e inovação em todo o sistema educacional, com estratégias de ensino que contemplassem o atendimento a todos, respeitando as diferenças de cada um.

Mais especificamente, a Educação Especial apareceu na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) do ano de 1961. Já em 1973 criou-se o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), ligado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), centralizando as políticas educacionais.

Desta forma, a inclusão no ambiente escolar se tornou assunto amplo e complexo. Deve-se destacar que ela não se refere apenas aos estudantes com deficiências, mas, de todos os estudantes envolvidos no processo educacional.

Inúmeras foram as discussões a nível pedagógico para contemplar o desenvolvimento desses estudantes. Em especial, o ensino de Arte mostrou-se diferenciado no sentido de contribuir para o seu desenvolvimento.

Assim, o presente artigo teve por objetivo realizar levantamento bibliográfico a respeito do tema a fim de discutir sobre as principais formas de trabalhar, bem como especificamente as contribuições da Arte para esses estudantes.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 INCLUSÃO NO BRASIL

Mudanças significativas ocorreram desde que foi criada a Educação Especial, principalmente devido ao fato de que a sociedade começou a se preocupar com o princípio da dignidade enquanto direito fundamental do ser humano. Porém, para que as pessoas com deficiências fossem representadas nessa discussão, precisou-se de um longo percurso, onde muitos tiveram que travar uma verdadeira briga para ter seus direitos preservados e respeitados.

Mantoan (2003) discute que a his-

tória da Educação Especial no Brasil pode ser dividida em três grandes momentos: 1854 a 1956 - marcado por iniciativas de caráter privado; 1957 a 1993 - marcado por ações oficiais de âmbito nacional; e 1993 até os dias atuais, marcado por movimentos relacionados à inclusão escolar.

No Brasil, Inicialmente, o movimento ganhou força a partir da criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854, e três anos mais tarde com o Instituto dos Surdos Mudos, com o objetivo de prestar atendimento a deficientes visuais e auditivos.

Após a virada do século, em 1926, surgiu o Instituto Pestalozzi, que tratava do atendimento de deficientes mentais. Só em 1954 foi criada a APAE, a qual tem o seu funcionamento estendido até os dias atuais.

Em 1957, o poder público assumiu a pasta da Educação Especial criando campanhas destinadas especificamente ao atendimento dos diferentes tipos de deficiências. No mesmo ano, foi instituída a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro (CESB), e a criação do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), no Rio de Janeiro.

Durante esse período, ainda, vários órgãos e políticas públicas foram criadas para garantir os direitos das pessoas com deficiências. Porém, a revolução veio a partir da criação da Emenda nº 12, presente na Constituição Federal de 1961, que trouxe uma verdadeira preocupação relacionada a esses direitos, servindo de base para uma série de medidas judiciais (ARAÚJO, 1997).

A Constituição de 1961 trouxe: "Art. 88 - A educação de excepcionais deve no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de ensino, a fim de integrá-lo na comunidade"; Art. 89 - "Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais, receberá dos poderes políticos, tratamento especial mediante bolsas de estudos, empréstimos e subvenções" (BRASIL, 1961).

Em 1972, o Plano Setorial de Educação e Cultura trouxe o Projeto Prioritário n.º 35, com prioridade para a Educação Especial. Em 1973, surgiu o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), primeiro órgão federal ligado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Esse episódio foi importante para que a Educação Especial fosse ampliada já que anteriormente a isso, era respaldada apenas por ações desenvolvidas pelo Ministério.

Já em 1986, houve uma mudança da nomenclatura que passou de "alunos excepcionais", para "alunos com necessidades educacionais especiais", a partir da Portaria CENESP/MEC nº 69. Essa troca não mudou a questão da inclusão dos estudantes com deficiências nas escolas.

A Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988 tornou essa preocupação clara assegurando o direito através de diversos artigos e incisos: artigo 5º, caput; artigo 7º, inciso XXXI; artigo 37, inciso VIII; artigo 203, IV e V; artigo 208, III; artigo 227, inciso II do parágrafo I e II.

Em 1989, a Lei nº 7.853/89 trouxe no que se refere à educação, a oferta obrigatória e gratuita da Educação Especial em estabelecimentos de ensino, prevendo crime suscetível a pena e reclusão para os dirigentes de instituições de ensino que

se recusassem matricular estudantes que apresentassem algum tipo de deficiência (GUEBERT, 2007).

Em 1994, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, ocorrida em Salamanca, gerou um documento relacionado a inclusão, destacando-se a inclusão desses estudantes na classe regular de ensino comum, desenvolvendo uma pedagogia centrada, modificando e influenciando o cenário educacional brasileiro de forma significativa (AMÉRICO et al.,2014).

Entende-se que:

A escola inclusiva é o lugar onde todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter, conhecendo e respondendo as necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com as comunidades (CARVALHO, 2002, p. 22).

Em 2001, de acordo com Mantoan (2003), foi colocado em discussão na Câmara do Ensino Básico do Conselho Nacional de Educação um documento relacionado às Diretrizes Curriculares da Educação Especial: “Operacionalizar a "inclusão escolar" de todos os alunos, independentemente de classe, raça gênero, sexo ou características individuais é o grande desafio a ser enfrentado, numa clara demonstração do respeito à diferença" (DCEE, 2001, p.21).

A Lei nº 10.436/2002, reconheceu a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como um sistema de comunicação e expressão legal para as comunidades surdas. A Língua Portuguesa tornou-se a segunda língua para os estudantes surdos exigindo organização por parte da educação bilíngue no ensino regular.

Em 2003, o Programa de Educação Inclusiva: direito à Diversidade, foi implementado pelo Ministério da Educação e pela Secretaria de Educação Especial, com o objetivo de modificar os sistemas de ensino, de forma inclusiva. A ideia era focar na formação de docentes especialistas, a fim de efetivar o direito ao acesso à escola, garantindo a acessibilidade e atendimento especializado.

No ano seguinte o Ministério Público Federal, o Decreto nº 3.956/2001, reafirmou o direito a escolarização de todos os estudantes com ou sem deficiências (BRASIL, 2009).

A Portaria Normativa nº 13/2007, implementou o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), garantindo o processo de inclusão através da disponibilização de equipamentos e materiais para as escolas da rede pública baseada em leis anteriores: “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos” (BRASIL, 2009, p. 178).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em 2008, alterou os termos “classes”

e “escolas especiais” para SRM Tipos 1 e 2. Ainda essa política veio acompanhada de mudanças no currículo de forma a adaptar um currículo flexível e dinâmico.

Assim, a Educação Inclusiva deve constituir um modelo progressivo e que garanta os direitos educacionais desses estudantes. Para que isso ocorra, é preciso que haja mudança também dos dirigentes, bem como da estrutura e do próprio sistema de ensino.

Para que eles sejam acolhidos, é necessário lhes dar a oportunidade de acessibilidade e recursos técnicos, bem como disponibilizar serviços e apresentar uma proposta pedagógica capaz de favorecer seu processo de ensino aprendizagem.

Kassar (2011), discute que os documentos mais recentes da Secretaria de Educação Especial trazem referência à construção de “sistemas educacionais inclusivos” compreendendo a Educação Básica. Supõe-se que esse termo se refira a garantia do acesso ao ensino desde a matrícula até a permanência desse estudante oferecendo Atendimento Educacional Especializado (AEE), caso seja necessário, para complementar o atendimento escolar.

2.2 CONTRIBUIÇÕES DA ARTE

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Artes (PCN) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), lançaram novos olhares para a disciplina. Assim, as artes trouxeram técnicas que podem ser utilizadas junto aos estudantes a fim de dinamizar o processo de ensino através de manifestações artísticas como o desenho, a pintura, a musicalidade, a reciclagem, as diversas culturas, entre outras formas, propiciando a criatividade, o brincar, a coordenação motora, a sensibilidade, e outros fatores importantes para o seu desenvolvimento.

No caso da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o documento trouxe novas possibilidades de ensino, ganhando mais consistência e questionando o modelo de ensino existente: “Nos currículos não como adorno, tampouco como atividade meramente festiva ou de entretenimento, mas como conhecimento organizado e sistematizado, que propicia aos/as estudantes a criação de a recriação dos saberes artísticos e culturais” (BRASIL, 2016, p. 234).

A defesa do ensino de Arte no processo educacional, no Brasil, passou por movimentos que destacaram sua importância em diferentes campos. O movimento de ArteEducação no Brasil, começou a se intensificar entre as décadas de 1980 e 1990, culminando na inclusão obrigatória desta como disciplina da Educação Básica.

A educação em Arte visa utilizá-la para a formação humana e dar sentido de existência e significado perceptivo ao mundo através das emoções pessoais e referências simbólicas, como a cultura, memória e a criatividade.

Com este propósito, pretende-se respeitar a cultura herdada e aumentar os conhecimentos de forma a fornecer aos estudantes ferramentas para que possam desenvolver uma capacidade de conhecimento para compreender como se tornarem essenciais numa mesma cultura.

O seu ensino na Educação Básica deve ocorrer de forma envolvente e es-

timuladora, abrindo espaço para a imaginação, a criatividade e a capacidade de invenção de todos os estudantes. Ou seja, a educação em Arte visa eliminar a atual concepção de que a arte nada tem a ver com educação, de forma a proporcionar a todos os estudantes, o espaço e as ferramentas necessárias para que ele compreenda o mundo e suas mais diversas culturas, ideais e perspectivas.

Assim, o seu ensino tem como objetivo abstrair muitos conteúdos profundamente protegidos, como emoções e ideias, e realizá-los por meio de cores, pinturas, sons, gestos, etc. (VILAÇA, 2014).

A Arte, enquanto disciplina, pode contribuir para o desenvolvimento de diferentes funções psicológicas, facilitando a interação, a criatividade e a imaginação, dentro de diferentes espaços e contextos sociais.

Historicamente, a Arte faz parte da vida do ser humano desde o início da civilização. Suas manifestações ocorrem de inúmeras formas, como por exemplo, através da criatividade, nas diferentes interações estabelecidas com o mundo que cerca o indivíduo. Desta forma a Arte é uma das maneiras que o homem tem para se expressar, representar e trocar diferentes experiências.

Ferraz e Fusari (1993), explicam que o estudante com deficiência, muitas vezes dependendo do grau da mesma, pode sentir maior dificuldade para verbalizar pensamentos, sentimentos e emoções, e é aí que o trabalho com a Arte pode verbalizar aquilo que ele não consegue expressar com palavras somente.

Desta forma, o ensino de Arte deve ser voltado para intermediar o conhecimento e desenvolvimento desses estudantes, independentemente do tipo de deficiência, focando no desenvolvimento das habilidades: “As possibilidades são condições humanas e estão baseadas nas interações socioculturais e que estabelecerão o seu diferencial, pois é na exploração dessas possibilidades que se determinará sua transformação” (BUENO, 2002, p. 24).

O ensino da Arte pode também ser repensado a partir das diferentes Teorias Cognitivas que apontam para uma mudança na concepção da mesma, como forma de se expressar em um nível de operações cognitivas e de esquemas mentais constituídos pela imagem. Assim, sua aprendizagem não se daria através da comunicação, mas por metáforas no sentido imagético:

> [...] dar respostas às suas necessidades, de um modo geral, bem como aos que apresentam necessidades específicas muito diferentes dos demais. Considera os alunos, de um modo geral, como passíveis de necessitar, mesmo que temporariamente, de atenção específica e poder requerer um tratamento diversificado dentro do mesmo currículo (BRASIL, 1998, p. 24).

No caso dos estudantes com deficiência intelectual, por exemplo, é preciso diferentes adaptações pedagógicas se fazem necessárias a fim de propiciar a inserção destes estudantes nas classes de ensino regular comum. Tais práticas são voltadas para o AEE, onde ainda se veem propostas de repetição de ações sobre os objetos, sem que o indivíduo lhes atribua significado próprio.

Trata-se de práticas que não contribuem para o desenvolvimento intelectual, pois, nesse caso nada produzem de novo e apenas colocam os estudantes em uma condição funcional, enfraquecida e debilitada diante dos conhecimentos (BATISTA e MANTOAN, 2006).

Por isso, destaca-se que o ensino de Arte apresenta caráter lúdico, envolvendo a participação espontânea e não apresenta regras fixas nem fronteiras. O indivíduo desenvolve a Arte pelo prazer das descobertas. Por isso, a disciplina tem importância dentro das possiblidades de se trabalhar com estudantes com deficiências, participando independentemente das suas limitações.

Ainda, a disciplina possui um olhar diferenciado sobre a diversidade. Diversos são os autores que enfatizam o ensino da Arte a fim de auxiliar o processo de inclusão, pois, metodologias aplicadas nesse sentido têm conseguido bons resultados, ajudando esses estudantes a se desenvolverem melhor.

A Arte é capaz de igualar as diferenças e sendo assim o docente deve estimular o aprendizado em Arte. A partir da música, da dança e da expressão corporal, onde o estudante com deficiência participa pelo prazer que a atividade proporciona. Ou seja, a mesma dentro da Educação Especial, é eficiente e democrática, por desenvolver múltiplas inteligências. Ela trabalha não só os aspectos cognitivos, mas também intuitivos, sensoriais e espaciais (FERNANDES, 2010).

É possível transformar a existência continuamente, já que suas metodologias são flexíveis. Isso quer dizer que os atos de criar e de conhecer são indissociáveis e que a flexibilidade deve estar presente em todas as atividades para que o estudante aprenda e conceba seu significado.

No caso da inclusão, a disciplina oferta vivências sensoriais importantes durante as diferentes atividades, dando a oportunidade para que ocorra a plasticidade neural, estimulando os estudantes a perceber do modo deles, o mundo que os cerca. Um exemplo, é que na infância eles podem se expressar através de desenhos. O que permanece no subconsciente é colocado para fora, como sentimentos, vontades, aflições, comportamentos, entre outros sentimentos (BATISTA e MANTOAN, 2006).

Estes estudantes encontram vida na Arte, pois, eles conseguem se soltar de forma única e até então não vista. Assim, a partir do momento que o docente utiliza a Arte como forma de reconstrução e desenvolvimento, ele abre espaço para novas possibilidades, eliminando barreiras e criando uma forma de eles se expressarem, resultado de interação:

A mão é o segundo cérebro, e indica a importância e a funcionalidade das mãos. Elas possibilitam que “o sistema háptico” desenvolva sua função centrada “em seu papel de exercer o desenvolvimento evolutivo como conhecimento do mundo, dos objetos e da construção da realidade, primeiro sensório-motriz, e segundo, em nível representativo” (FERNANDES, 2010, p.56).

Diferentes métodos alternativos podem desenvolver a capacidade da linguagem e da oralidade com o objetivo de fomentar a produção espontânea através

do uso do não verbal. Assim, sem o uso das palavras, a comunicação com os estudantes com deficiências deve ser feita de forma individualizada e adaptada ao seu nível de abstração.

A Arte, em especial, cumpre essa tarefa utilizando materiais próprios para a sua ação e outros estímulos táteis e visuais que visam garantir um bom desenvolvimento desses estudantes. Essa estratégia torna lúdica a aprendizagem e o resultado pode ser observado na mesma hora (FERNANDES, 2010).

Nesse contexto, para esses estudantes em especial, a mesma pode se tornar um meio de comunicação, expressando-se através de imagens, e proporcionando para esse estudante uma forma de comunicação e interação com o ambiente escolar, garantindo-lhe avanços nas relações sociais.

Ainda, a Arte tem apontado para outros caminhos no que diz respeito às práticas e concepções dentro do ambiente escolar. Ela apresenta propostas flexíveis e definições que levam o docente a repensar sua didática, buscando contemplar a diversidade de produções artísticas e também as múltiplas concepções que definem esse tipo de conhecimento (FREITAS, 2007).

Por isso, destaca-se que o ensino dessa disciplina tem caráter lúdico, envolvendo a participação espontânea e não apresentando regras fixas nem fronteiras. Ou seja, o indivíduo desenvolve a arte pelo prazer da descoberta. Por isso, tem uma importância muito grande dentro das possibilidades de se trabalhar com estudantes com deficiências, participando assim independentemente de suas limitações.

É capaz ainda de igualar as diferenças, e por isso o docente deve estimular o aprendizado em Arte a partir da música, da dança e da expressão corporal, onde o estudante com deficiência participa pelo prazer que a atividade lhe proporciona.

Ou seja, a Arte dentro da Educação Especial, é eficiente e democrática, por desenvolver múltiplas inteligências. Ela trabalha não só os aspectos cognitivos, mas também intuitivos, sensoriais e a percepção espacial.

No caso da Arteterapia, ela se transforma em uma metodologia em que o docente passa a entender sua própria história e os problemas sociais, possibilitando para os estudantes a mesma oportunidade. A autoconsciência também pode estimular a imaginação.

Ao final da década de 1990, houve o surgimento de novas metodologias voltadas para o ensino de Arte, que visavam melhorar o entendimento da matéria como um todo. Isso viria para aliviar as questões relacionadas as emoções e o aprendizado dos estudantes com deficiências, incluindo terapias artísticas derivadas da saúde obtidas em clinicas psiquiátricas ou atendimento clínico para melhorar a psicologia, a comunicação, o conhecimento de si próprio e a imaginação do paciente. A arteterapia tornou-se um método alternativo utilizado para os estudantes com diferentes níveis de escolaridade (SANTOS, 2003).

Segundo Bordin (2014) para se aprofundar esse tema, é necessário reexaminar a fórmula da Arteterapia. Como

prática interdisciplinar, ela visa trabalhar com as pessoas de forma holística a partir do conhecimento e da mudança.

Assim, essa alternativa pode ser considerada um tratamento que utiliza estratégia lúdica abrangente, em sua configuração e pode ser aplicada inclusive para a constituição do indivíduo O fundamento do ensino é cultivar uma pessoa que pode agir e mudar a sociedade, onde ela interaja emocionalmente com outras pessoas.

Nesse contexto, a tarefa da educação é desenvolver as habilidades dos estudantes com deficiências para que possam interagir com os demais, ou seja, conviver em harmonia na sociedade e de forma participativa. Nos dias de hoje, os quatro pilares da educação propostos por Delors (1998): aprender a saber, a fazer, a conviver e a ser, exigem que as escolas reconsiderem seu comportamento e, portanto, o seu papel.

A Arteterapia é um processo estruturado, por meio da organização de atividades préorganizadas de obras de arte, determinando a abrangência, idade, acompanhamento e avaliação (PHILIPPINI, apud, BORDIN, 2014).

Assim:

[...] o fazer arte implica diretamente nestas mudanças, transformações, pois, estimulam as ordenações de ideias surgidas pela elaboração mental, aquele que tem acesso à arte ou ao fazer artístico, está tendo oportunidade de desenvolver e configurar habilidades, as quais são por sua vez, reveladoras da estrutura cognitiva de quem as realiza, reflete a maneira pessoal de cada um relacionar-se, de ver o mundo e a maneira como está ele (URRUTIGARAY Apud BORDIN, 2014, p.3).

Ela se transforma em uma metodologia em que o docente passa a entender sua própria história e os problemas sociais, possibilitando para os estudantes a mesma oportunidade. A autoconsciência também pode estimular a imaginação.

3. CONCLUSÃO / CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de Arte-educação nos dias atuais é essencial para a aprendizagem dos estudantes. Para que isso aconteça, é preciso voltar no tempo e entender como as Políticas Públicas e os documentos norteadores da Educação Básica compreendem o ensino de arte nas escolas, levando em consideração também a história da arte, onde ela se iniciou e como ela foi modificada a fim de compreender as tendências dessa área como um todo.

A Arterapia enquanto área de conhecimento e consequentemente como forma de desenvolver os estudantes com deficiências, mostrando que é possível atingir a autonomia junto aos mesmos, pois as vivências através da Arte-educação auxiliam no desenvolvimento de diferentes competências e habilidades como a criatividade, a abertura ao novo, o resgate da cidadania, a fim de diminuir ou mesmo acabar com a exclusão, a rejeição, o isolamento, o preconceito e a baixa autoestima.

Ainda, a disciplina pode contribuir para a aprendizagem, servindo como uma alternativa ao processo de inclusão, podendo trabalhando principalmente as formas não verbais de expressão como, por exemplo, o desenvolvimento de traba-

lhos manuais com massinhas de modelar, argila, areia, tinta, estímulos táteis e/ou visuais, entre outros, além do desenho como forma de abstrair aquilo que ele está pensando, mas não consegue colocar para fora de forma verbal.

A Arte atrelada a Educação Inclusiva, nesse caso, oferece vivências sensoriais importantíssimas durante a execução das atividades, trazendo a oportunidade para que ocorra uma plasticidade neural, estimulando esses estudantes a interagir com o mundo ao seu redor.

REFERÊNCIAS

AMÉRICO, B.L; CARNIEL, F.; TAKAHASHI, A.R.W. Gestão pública da educação especial e formalismo nas políticas públicas Inclusivas – o caso do Brasil. Ensaio: aval.

pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.22, n. 83, p. 379-410, abr./jun. 2014.

ARAÚJO, P.F. Desporto Adaptado no Brasil: origem, institucionalização e atualidades. 1997. 140f. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997. BRASIL.

BATISTA, C.A.M.; MANTOAN, M.T.E. Atendimento Educacional Especializado para deficiência mental. Brasília: MEC/ SEESP, 2006.

BORDIN, V. et al. Arteterapia em Saúde Mental. 6º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais e 2º Seminário de Direitos Humanos. 2014. Toledo. Arteterapia em Saúde Mental. Disponível em:. Acesso em: 08 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Proposta preliminar, 2ª versão revisada. Brasília: MEC, Abril de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 4024 de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. /LDB/204024-61.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais:

Adaptações Curriculares. Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC /SEF/ SEESP, 1998.62 p.1. Parâmetros curriculares nacionais. 2. Adaptações Curriculares: Ensino de primeira a oitava série.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 5, de 17 de dezembro de 2009: Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/CNE, 2009.

BUENO, R.P. A Arte na diferença: u estudo da relação da arte/conhecimento do deficiente mental. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, São Paulo.

CARVALHO, R.E. Removendo Barreiras para a aprendizagem. 4. ed. Porto Alegre: Mediação,2002. p. 70, 75,106, 111, 120, 174.

DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1998.

FERNANDES, L.B. Ensino de arte no universo autista: um relato de extensão da faculdade de artes do Paraná. 2010. 162f. Dissertação (Mestre em Educação)